



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8017 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 12 - Currículo

A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (PNA) E O CURRÍCULO DA ALFABETIZAÇÃO: EVIDÊNCIA CIENTÍFICA PARA GESTÃO DOS RISCOS DO ANALFABETISMO

Maria Carolina da Silva Caldeira - UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (PNA) E O CURRÍCULO DA ALFABETIZAÇÃO: EVIDÊNCIA CIENTÍFICA PARA GESTÃO DOS RISCOS DO ANALFABETISMO

Este trabalho analisa a Política Nacional de Alfabetização (PNA), promulgada por meio do Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019 e o Caderno da Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019), entendendo-os como políticas curriculares que pretendem instaurar uma nova lógica para as práticas de alfabetização exercidas no Brasil. Considero que esses materiais se constituem em políticas curriculares, pois estão envolvidos no processo de seleção, organização e hierarquização de saberes e conhecimentos a serem ensinados e aprendidos em instituições escolares, característica elementar da teoria curricular, como afirma Silva (2001). Com base em uma perspectiva foucaultiana, considero que não há “saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 1999, p. 27). Nesse sentido, ao organizar saberes e conhecimentos de determinada forma, essas políticas curriculares envolvem aqueles/as para os/as quais são destinados/as em relações de poder. Cabe registrar que, a partir da perspectiva foucaultiana, o poder não é compreendido apenas como algo repressivo. Pelo contrário, o poder é produtivo e um de seus principais efeitos é a produção de sujeitos (FOUCAULT, 2000).

Como metodologia, este trabalho utiliza elementos da análise de discurso de inspiração foucaultiana para compreender os efeitos da PNA. A análise de discurso tenta “escapar da fácil interpretação daquilo que estaria por trás dos documentos, procurando explorar ao máximo os materiais, na medida em que eles são uma produção histórica, política; na medida em que as palavras são também construções” (FISCHER, 2001, p. 199). Procura compreender que jogos de poder se estabelecem no discurso, pois eles deixam marcas nos materiais na medida em que a linguagem também é constitutiva de práticas. Nesse sentido, como aponta Mortatti (2019, p. 26), essa política representa uma “guinada” (ideo) metodológica para trás e pela direita” que visa desqualificar determinados modos de pensar a alfabetização e que não pode ser compreendida fora do “projeto político-ideológico neoliberal e ultraconservador do atual governo federal e está estrategicamente articulada às demais medidas de destruição dos avanços democráticos conquistados pela população brasileira nas últimas décadas” (idem).

Considerando esses conceitos, entendo o currículo como um artefato que corporifica

saberes e poderes a fim de produzir sujeitos de determinado tipo. Especificamente no que concerne à Política Nacional de Alfabetização, compreendo que ela pretende produzir professores/as alfabetizadores/as que balizam suas práticas em uma única verdade, afirmada como científica. Além disso, ela demanda estudantes-crianças alfabetizados/as que deixam de ser um risco aos desafios econômicos colocados pela contemporaneidade e famílias que se corresponsabilizam pela educação de seus/suas filhos/as. Argumento que essa política curricular utiliza conhecimentos da “ciência cognitiva da leitura” para se afirmar como verdade nesse momento histórico a fim de gerenciar os riscos que uma população analfabeta representa para um país no contexto neoliberal. Para isso, ela utiliza três procedimentos principais.

O primeiro deles se refere à apresentação da *ciência cognitiva da leitura como única verdade* para a garantia da alfabetização de todos/as. Esse currículo procura legitimar-se tendo como base uma das formações discursivas mais significativas de nosso tempo: a Ciência. Parece ser necessário usar-se da baliza científica a fim de garantir certa adesão por parte dos/as docentes e entes federados aos quais a política se destina. Afinal, esse currículo entra em disputa com outros já existentes e que também se utilizavam de estudos e pesquisas para construir seus argumentos. Para afirmar-se, é necessário, portanto, inserir-se nessa mesma lógica, a fim de desqualificar as outras ciências que disputam lugar no verdadeiro da alfabetização.

O segundo procedimento refere-se ao *recurso aos/as experts*. Na construção do Caderno da PNA, há boxes explicativos nas laterais das páginas, intitulados “O que dizem os especialistas”. Além disso, nas páginas iniciais do documento é apresentada a composição da Equipe que elaborou o documento, composta por 21 membros. Maciel (2019, p. 58) afirma que “nessa Equipe, constam 13 especialistas cuja formação e atuação principal são na área da Psicologia, 2 na área da Linguística e 5 na Educação”. Percebe-se, assim, a predominância de saberes *psi* nesse documento, bem como a autoridade exercida pelos experts que podem definir os saberes que serão ensinados às crianças em processo de alfabetização.

O *risco do analfabetismo* é o terceiro procedimento adotado na Política Nacional de Alfabetização para afirmar-se como currículo mais adequado à alfabetização. De acordo com a PNA, “o analfabetismo nos dias atuais está claramente associado a condições adversas de vida, geralmente relacionadas à pobreza e geradoras de diferentes formas de vulnerabilidade sociais” (BRASIL, 2019, p. 10). Nela “os analfabetos foram (e continuam sendo) narrados como indivíduos pouco produtivos, explorados, excluídos da sociedade, que se sentem envergonhados pela sua condição” (TRAVERSINI, 2009, p. 578). Nesse sentido, o analfabetismo é apresentado como um risco para um grupo de crianças, particularmente aquelas que não dispõem do que é nomeado no documento como “literacia familiar”, ou seja, o “conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem, a leitura e a escrita, as quais a criança vivencia com seus pais ou cuidadores” (BRASIL, 2019, p. 51). Para diminuir os efeitos da falta de literacia, é necessário que as famílias dos/as estudantes assumam certas posições a fim de combater os riscos do analfabetismo.

Percebe-se, assim, o amplo investimento feito por esse currículo para garantir a produção de subjetividades por meio de diferentes procedimentos de poder. Esse exercício de poder, todavia, não é feito sem resistência. Afinal, não existe relação de poder que se estabeleça sem resistência (FOUCAULT, 1999). Nesse momento, diferentes instituições sociais e educacionais se movimentam para resistir a essa política curricular. Não se trata, contudo, de uma resistência que simplesmente diz “não”. Trata-se de um convite para construir junto e por meio do diálogo uma política que abarque a diversidade existente em nosso país. É preciso resistir para que a prática “crie possíveis, nestes tempos de tantas políticas reacionárias” (PARAÍSO, 2016, p. 389), para que continuem a ser produzidos

caminhos rumo a uma educação igualitária e que promova a vida e a diferença.

Palavras-chave: Alfabetização. Currículo. Gestão dos riscos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. PNA – *Política Nacional de Alfabetização*. Brasília: MEC, SEALF, 2019. Disponível em: <<http://alfabetizacao.mec.gov.br/>> Acesso em: 10 maio 2020.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 114, nov. 2001. p. 197-223.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: MACHADO, Roberto. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 179-191.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. Onde estão as pesquisas sobre alfabetização no Brasil? *Revista Brasileira de Alfabetização*. Belo Horizonte, MG, v. 1, n. 10 (Edição Especial), jul./dez. 2019. p. 58-59.

MORTATTI, Maria do Rosário Longe. A “Política Nacional de Alfabetização” (Brasil, 2019): uma “guinada” (ideo) metodológica para trás e pela direita. *Revista Brasileira De Alfabetização*. Belo Horizonte, MG, v. 1, n. 10 (Edição Especial), jul./dez. 2019. p. 26-31.

PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. *Currículo sem Fronteiras*, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/paraiso.pdf>>. Acesso em 10 maio 2020.